

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.541 - MS (2019/0170606-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : JOSÉ WANDERLEY BEZERRA ALVES E OUTRO(S) - MS003291
GUSTAVO MARQUES FERREIRA - MS007863
ANTONIO FERREIRA JÚNIOR - MS007862
AGRAVADO : ANTONIO ALBERTO RIBEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO : LUIZ RENATO MENDONÇA ZISSMANN E OUTRO(S) - MS023230

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (art. 1.042 do CPC/2015) interposto contra decisão (e-STJ fls. 254/262) que inadmitiu o recurso especial em virtude da impossibilidade de análise de matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 206/208):

APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PROTESTO INDEVIDO – NOTA PROMISSÓRIA ASSINADA POR TERCEIRO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA COMPRA E VENDA DE SEMOVENTES EM LEILÃO DE GADO PELO AUTOR - INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO OU AUTORIZAÇÃO EXPRESSA PELA COMPRA DOS ANIMAIS – RECONHECIMENTO PELA REQUERIDA ACERCA DA ASSINATURA NO TÍTULO PROTESTADO NÃO SER DO AUTOR – DECLARADA INEXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES – DEVIDA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELO ATO ILÍCITO CONFIGURADO NO PROTESTO INDEVIDO - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS DE ACORDO COM A DIVISÃO DA SUCUMBÊNCIA DE CADA PARTE - RECURSOS DESPROVIDOS.

RECURSO DA REQUERIDA - 1- A requerida não demonstrou fato extintivo do direito do autor, devendo ser declarada a inexistência de relação jurídica entre as partes por não ter sido configurada a efetiva compra e venda de animais diretamente pelo autor e nem autorização para tal ato.

2- Há o dever de pagamento de indenização por dano moral pela requerida referente ao protesto de uma nota promissória em nome do autor, mas não por ele emitida. Logo, a indenização por dano moral decorreu em razão de negativação indevida de título sem assinatura do autor e sim do filho (terceiro) não autorizado.

3- Aplicando-se os parâmetros legais ao caso concreto, adequado e consentâneo com às finalidades punitiva e compensatória da indenização, a fixação dos danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra razoável, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como observou o Magistrado, para evitar o enriquecimento indevido do autor, e penalizar a requerida pelo ato ilícito cometido, considerando que ela reconheceu expressamente que o título havia assinado pelo filho do autor (f. 90/96), não havendo que acolher o pedido de redução.

4- A fixação dos honorários advocatícios encontra-se em consonância com os critérios adotados no art. 85, §2º do CPC e de acordo com a proporção de sucumbência da requerida.

RECURSO DO AUTOR 1- Da forma decidida no recurso da requerida que foi mantida a indenização por dano moral em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a pretensão do autor deve ser indeferida pelos mesmos fundamentos ali externados.

2- Do pedido de majoração da verba honorária não procede pois ao fixar a verba honorária, o julgador deve-se valer dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade

para obter um quantum a título de honorários que represente justa remuneração pelo trabalho realizado.

3- Os honorários de sucumbência, mesmo sob a égide do novo código, são estimados pela extensão do trabalho realizado e o tempo exigido para o seu serviço (Luiz Henrique Volpe Camargo, Breves comentários ao novo Código de Processo Civil, coord. Teresa Arruda Alvim et alii, São Paulo, Ed. RT., 2015, pág. 316).

Assim o arbitramento pelo Magistrado em 12%(doze por cento) sobre o valor da condenação, atendendo aos requisitos legais estatuídos no art. 85, §2º do CPC, e considerando a natureza da causa e o trabalho pelo advogado desenvolvido, não destoa dos parâmetros de percentuais mínimo e máximo (10% e 20%) estabelecidos na norma processual civil, observando os pedidos da demanda e o resultado final do julgamento.

No recurso especial (e-STJ fls. 223/244), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alegou violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) arts. 369 e 370 do CPC/2015, impugnando o julgamento antecipado da lide, pois havia pedido expresso para juntada de áudio aos autos,

(b) arts. 111, 1.226 e 1.267 do CC/2002, afirmando que o contrato de compra e venda se aperfeiçoa com a tradição,

(c) art. 188, I, do CC/2002, sustentando ausência de ato ilícito e, portanto, o dever de indenizar,

(d) art. 944 do CC/2002, pleiteando a redução do *quantum* indenizatório, e

(e) art. 85, § 2º, do CPC/2015, requerendo que os honorários advocatícios sejam fixados com base no proveito econômico obtido pela parte.

No agravo (e-STJ fls. 264/274), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

A parte recorrida não apresentou contraminuta (e-STJ fl. 277).

É o relatório.

Decido.

A Corte local não se manifestou quanto ao art. 111 do CC/2002. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida, a matéria carece de prequestionamento e sofre, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Julgamento antecipado da lide

O TJMS assentou (e-STJ fls. 212/213):

O pedido preliminar da requerida pela cassação da sentença sob o fundamento de ter havido negativa de vigência aos artigos 369 e 370, ambos do CPC referente a produção de provase julgamento antecipado da lide não prevalece.

Por primeiro anoto que o processo respeitou os princípios da produção de provas, com audiência de instrução e oitiva de testemunhas.

Nos termos da decisão de f. 84 o Magistrado indeferiu o pedido de denunciação da lide para ingresso na ação da Taquari Leilões e delimitou as questões relevantes em discussão para a decisão do mérito, determinando a realização de prova pericial grafotécnica com a nomeação da empresa VCP – Consultoria e Perícia Ltda.

Contra tal decisão, a requerida opôs embargos de declaração (f. 90/96), que o Magistrado singular rejeitou, relativos à alegação de omissão do pedido de produção de prova oral, por não ter sido omissa nesse ponto. Contudo, referente à produção de

prova pericial reviu a decisão, dispensando tal providência, fixando como ponto controvertido a alegação de que o filho do requerente possuía poderes para firmar contrato de compra e venda em nome do genitor, deferindo a prova testemunhal e a colheita de depoimento pessoal do autor, oportunizando as partes pela apresentação do rol de testemunhas a ser feita no prazo de 15(quinze) dias.

A requerida apresentou petição com o rol de testemunhas (f. 107/108). No entanto, na audiência compareceu somente uma testemunha, Luiz Carlos Gomes Fernandes, consignado no termo: "(...) Foi ouvida uma testemunha arrolada pela requerida, conforme gravação no SAJ. Como a requerida deixou de apresentar a outra testemunha que havia arrolado, restou precluso o direito de ouvi-la". (f. 117).

Ora, não há falar em cassação da sentença por julgamento antecipado da lide diante da audiência realizada nos autos com a oitiva das testemunhas e depoimento pessoal do autor em atendimento ao pedido feito pela requerida, motivo pelo qual rejeito a preliminar.

A avaliação da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide demanda o reexame fático-probatório, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor da Súmula n. 7 do STJ.

Contrato de compra e venda

A Corte de origem entendeu que a recorrente não logrou comprovar o fato extintivo do direito do autor com relação à existência da relação jurídica entre as partes (e-STJ fls. 213/215):

A controvérsia reside no fato de haver ou não relação contratual entre as partes com a emissão da nota promissória no valor de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil, seiscentos reais) que ensejou o ato de formalização de protesto no Cartório em nome do autor.

No depoimento pessoal do autor, como se constata da gravação de áudio, ele afirmou em juízo que não estava presente no leilão e não comprou os animais, que somente ficou sabendo dessa compra quando chegaram os boletos na sua casa; entrou em contato com a leiloeira que passou o telefone de uma pessoa, pediu para retirada dos animais de sua propriedade. Contudo, não tomaram tal providência e quanto foi ao banco Bradesco requerer um empréstimo, tal foi recusado por haver restrição em seu nome, em virtude do protesto da nota promissória, tendo como credora a requerida.

Passando à análise das oitivas das testemunhas arroladas pelo autor, verifica-se pelos depoimentos prestados em juízo que o ele não assinou o título de crédito protestado, tampouco foi ao leilão realizado na cidade de Nova Andradina-MS e nem há demonstração de que tenha passado procuração para o filho para efetuar a compra dos animais (égua e o filhote).

Há de ser ressaltado que o fato de a entrega dos animais na propriedade do autor poderia caracterizar a tradição, para aperfeiçoamento do contrato de compra e venda, nos termos dos artigos 1.226 a 1.267 do Código Civil, o que restou comprovado nos autos se refere na inexistência de autorização ou procuração expressa do autor outorgando poderes ao filho para compra, não estando em discussão sua entrega, pois tal fato não foi negado em momento algum.

(...)

Em suma: a requerida não logrou comprovar o fato extintivo do direito do autor com relação à existência da relação jurídica entre as partes, motivo pelo qual a sustentação da sentença nesse ponto é de ser feita.

A respeito da inexistência de autorização ou procuração expressa do autor outorgando poderes ao filho para compra, a recorrente não se manifestou, limitando-se a alegar

que a tradição aperfeiçoa o contrato de compra e venda.

Assim, não estando impugnado fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, aplicável a Súmula n. 283/STF.

Responsabilidade civil

O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu pela responsabilidade civil da parte recorrente, nos seguintes termos (e-STJ fls. 215):

Declarada a inexistência de relação jurídica por não ter sido configurada a efetiva compra e venda de animais diretamente pelo autor e nem autorização para tal realização, há o dever de indenização por dano moral pelo protesto levado a registro pela requerida de nota promissória, feito em nome do autor, mas não emitida por ele. Além de que ela não provou nos autos suas alegações no sentido que o filho do autor estaria atuando como preposto.

A indenização por dano moral decorreu em razão de negativação indevida de um título sem assinatura do autor.

Assim, considerando a fundamentação do acórdão objeto do recurso especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula n. 7/STJ.

Quantum indenizatório

A modificação do valor da indenização por danos morais é admitida, em recurso especial, conforme entendimento pacífico do STJ, apenas quando excessivo ou irrisório o montante fixado, violando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (AgRg no AREsp n. 703.970/DF, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016, e AgInt no AREsp n. 827.337/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/8/2016, DJe 23/8/2016).

A Justiça local, diante das circunstâncias analisadas, manteve a indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos seguintes termos (e-STJ fls. 216/217):

Diante dessas citações doutrinárias, recomenda-se que o julgador se paute pelo juízo da equidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, devendo o quantum da indenização corresponder à lesão e não a ela ser equivalente, porquanto impossível, materialmente, nesta seara, alcançar essa equivalência.

Há que se ponderar ainda sobre a dupla finalidade do instituto, cujos objetivos são, por um lado, a punição do ofensor, como forma de coibir a sua reincidência na prática delituosa e por outro a compensação da vítima pela dor e sofrimento vivenciados. Ademais, não se pode perder de vista que o ofensor deve ser penalizado, mas também não se admite que o pretendido ressarcimento seja fonte de lucro para o ofendido.

Aplicando-se esses parâmetros ao caso concreto, adequado e consentâneo com às finalidades punitiva e compensatória da indenização, a fixação dos danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra razoável, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como observou o Magistrado, para evitar o enriquecimento indevido do autor, e penalizar a requerida pelo ato ilícito cometido, considerando que ela reconheceu expressamente que o título havia assinado pelo filho do autor (f. 90/96), não

havendo que acolher o pedido de redução.

Portanto, a quantia estabelecida pelas instâncias de origem não enseja a intervenção do STJ.

Honorários advocatícios sucumbenciais

A insurgência quanto aos honorários advocatícios não pode ser sustentada apenas com base no art. 85, § 2º, do CPC/2015, o qual não regula a matéria por completo, tendo em vista tratar-se de sucumbência recíproca. Incidente, portanto, a Súmula n. 284/STF, por deficiência na fundamentação recursal.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator